



Exma. Senhora Presidente da
Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores

N/ref:	383 RPPCP/XI/2020
Data:	26 de junho de 2020
Assunto:	Apresentação de três Requerimentos

Exma. Senhora Presidente:

Ao abrigo do artigo 182º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do PCP apresenta três Requerimentos em anexo ao presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,

Santa Cruz das Flores, 26 de junho de 2020

O Deputado do PCP Açores

João Paulo Corvelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 1604	Proc. n.º 52.02.00
Data: 010/06/26	N.º 935/XI

Requerimento

Em tempos recentes têm surgido múltiplas denúncias da utilização abusiva de trabalhadores em programa ocupacionais para substituir trabalhadores contratados, em vários sectores da administração pública.

O PCP tem denunciado, em diversos locais e por várias ocasiões, a falta de funcionários nos estabelecimentos escolares e tem exigido do Governo a tomada de medidas para solucionar este problema seja na República como na Região.

É cada vez mais notória a urgência na contratação de auxiliares escolares para existir garantia no acompanhamento de todas as crianças. Estas contratações devem ser feitas sem recorrer aos programas ocupacionais porque existem escolas que funcionam com 20% dos auxiliares abrangidos em programas ocupacionais, como podemos ver no caso da Escola Básica e Secundária da ilha das flores.

Importa salientar, ainda, que, nestas instituições, estes “ocupados” são obrigados a trabalhar como os AO do quadro. Com efeito, apesar de estarem integrados num programa formativo/ocupacional, são forçados à prestação de trabalho por turnos, trabalho suplementar, sem direito a qualquer remuneração extraordinária, a saber: subsídio de refeição, subsídio de turno, horas extraordinárias, subsídios de Férias ou de Natal. Lembre-se, a propósito, que nem à hora de almoço têm direito, o que é de uma gravíssima injustiça e constitui na prática um regime de inaceitável exploração.

Reforçamos que estes funcionários têm sido sistematicamente substituídos por trabalhadores dos programas ocupacionais, sem a devida formação e sem acompanhamento na escola, o que não deveria acontecer. Quanto à contratação de mais operacionais é bom que não nos esqueçamos que em 2019, foi aprovada uma proposta apresentada pelo PCP que visava a contratação de 200 auxiliares

para a educação e para a saúde. Agora resta ao Governo responder, se estas contratações estão a ser feitas tal como foi decidido no Orçamento de 2019, e se corresponderam todas a vínculos efetivos, já que as necessidades a que dão resposta são permanentes.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo Regional as seguintes informações:

1. Tem o Governo Regional conhecimento utilização abusiva de trabalhadores em programas ocupacionais nas escolas da região e que medidas vai tomar para alterar esta situação?
2. Procedeu o Governo Regional à efectiva contratação dos Assistentes Operacionais necessários para o normal funcionamento dos serviços tal como acordado no Orçamento de para o ano de 2019? (especificar por escola)
3. Pretende o Governo Regional mandar fazer cumprir as normas que aprovou, designadamente não permitindo que os programas ocupacionais sejam utilizados no sector da saúde, em locais de laboração por turnos e onde a densidade dos trabalhadores permanentes não esteja efectivamente garantida?
4. Quantos trabalhadores das escolas da região estão através dos Programas Ocupacionais? (especificar por escola)
5. Quantos assistentes operacionais foram contratados pelo Governo Regional nos últimos 2 anos para as escolas da Região? (especificar por escola)



Santa Cruz das Flores, 26de Junho de 2020

O Deputado do PCP Açores

João Paulo Corvelo